



ROTEIRO DA UE PARA UM COMPROMISSO COM A SOCIEDADE CIVIL EM ANGOLA

INFORMAÇÃO GERAL

ESTADO: público

PERÍODO COBERTO: 2021- 2027

ACTUALIZAÇÃO DE UM ROTEIRO ANTERIOR: Sim

PARTE DE UMA ESTRATÉGIA CONJUNTA: Sim



PARTE I

BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO E ANTERIOR ENVOLVIMENTO DA UE

A O ESTADO DA SC: BREVE ACTUALIZAÇÃO SOBRE ACONTECIMENTOS RECENTES

O ambiente de diálogo político em Angola tem vindo a registar significativos avanços, desde a tomada de posse do actual Presidente da República (PR) de Angola. Desde que assumiu o poder, o Presidente João Lourenço tem vindo a destacar-se pelo seu discurso a favor do diálogo com as organizações da sociedade civil, incluindo aquelas que publicamente vêm assumindo posições mais críticas em relação à situação política do país e à actuação das instituições do Estado. Esta dinâmica de abertura, para o diálogo com a sociedade, tem vindo a surtir alguns efeitos positivos, ainda que limitados, em termos de influência sobre os outros órgãos do governo, tais como departamentos ministeriais, administrações locais e governos provinciais que, de certa forma, aceitam com mais facilidade o diálogo com actores da sociedade civil. Embora as mudanças não estejam num estado almejado pela sociedade angolana, continuam, em evidência, discursos promissores contra a corrupção, a impunidade, o nepotismo e um impulso cada vez mais renovado para a diversificação da economia, pois não há dúvidas de que o país não poderá sobreviver se contar apenas com as fontes do petróleo.



Na senda da sua abertura democrática e política, o PR realizou encontro com a Sociedade Civil, em Luanda e também nas restantes províncias de Angola por ele visitadas, com o objectivo de auscultar e avaliar o impacto da COVID-19 sobre a economia e a vida das famílias e encontro com a Juventude, cujo diálogo surgiu na sequência de manifestações realizadas por jovens em protesto da difícil situação económica e social em que vivem muitas famílias e, também, em protesto pela não realização de eleições autárquicas em 2020. A realização das eleições autárquicas, a defesa dos direitos fundamentais, a melhoria da assistência sanitária e do ambiente de negócios constituíram os temas centrais do encontro do Presidente da República, João Lourenço, com a juventude angolana. Na sequência dos encontros, os líderes religiosos também foram tidos em conta, para ajudar a traçar estratégias de apoio para a saída da crise que o país vive.

Tendo em conta o almejar de uma governação mais aberta e democrática, o PR criou, em Setembro de 2020, o Conselho Económico e Social à luz do Decreto Presidencial 120.º e do nº3 do artigo 125, órgão que está à disposição do Titular do Poder Executivo para efeitos de consulta em matérias macro-económicas e sociais. É um órgão de auscultação e interacção que visa permitir ao PR receber contribuições da comunidade empresarial, das cooperativas, comunidade científica académica, associações cívicas que representam vários sectores da sociedade civil. Em linha com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Conclui-se que os incentivos ao governo e às organizações da sociedade civil, no sentido de tirarem maior proveito dos mecanismos, de participação e diálogo previstos na lei e que não estão a ser devidamente utilizados, são de extrema importância, porque podem contribuir para o alívio das tensões sociais existentes (aconteceram muitas manifestações e protestos alguns dos quais resultaram em actos de violência com vítimas mortais).

Importante e urgente, também, existir maior articulação dos actores não estatais na monitoria das políticas públicas, para maior eficiência, eficácia e impacto destas na vida das populações.

O desempenho de Angola é considerado fraco em muitos indicadores internacionais que medem a governação democrática e o desenvolvimento humano mas tem registado melhorias, especialmente em termos de liberdade de imprensa e corrupção, desde a chegada de João Lourenço ao poder. O mais recente Índice de Percepção da Corrupção da “Transparency International” classifica Angola como o 146º de 180 (estava em 167º em 2020. Uma subida de 19 posições). O Índice Ibrahim de Governação Africana, classifica Angola com o número 43 de 54, mas a tendência dos últimos anos é de melhorias. O relatório “Freedom in the World” classifica Angola como “Não Livre” em 2020, mantendo a mesma análise dos últimos 20 anos.



O País continua a passar por uma crise económica e social, impulsionada por vários fatores, na sua maioria estruturais e resultantes de uma corrupção enorme, agravada pela situação pandémica, que continua a afetar significativamente e sem medida os grupos mais vulneráveis. A economia de Angola é altamente dependente do petróleo, exposta às flutuações do preço do mesmo no mercado internacional. Esta situação, juntamente com o aumento da dívida pública e a alta taxa de inflação, está a afetar os grupos mais vulneráveis, já em situação de extrema pobreza, incapazes de aceder aos serviços sociais básicos.

Conforme recomendado pelo Banco Mundial, “a actual crise económica de Angola, evidencia a necessidade urgente de se diversificar a economia e de reduzir a sua dependência das receitas do petróleo”, particularmente através do desenvolvimento do sector agrícola. Há a preocupação e valorização do sector agrícola nacional, com a diminuição de importação de produtos considerados de cesta básica.

Neste contexto, a mudança política continua a gerar esperanças e um certo otimismo – “otimismo vigilante” – junto da sociedade civil, de que Angola pode finalmente percorrer um caminho que abordaria progressivamente as várias questões não resolvidas, no sentido do desenvolvimento inclusivo e sustentável. De acordo com muitos atores, da sociedade civil e do Estado, continua a crença geral, de que o processo é irreversível (combate à corrupção, impunidade, nepotismo, etc.)

Desde há alguns anos, as organizações de jovens protestam, vão para a rua e reivindicam espaços para envolver o governo em debates fundamentais, em assuntos como a corrupção e o investimento em serviços sociais. No contexto actual, têm vindo a mudar de abordagem, fazendo proposições além de protestos, na tentativa de abrir espaços de diálogo. As redes sociais tornam-se o fórum privilegiado para trocar ideias, embora a presença do governo nas redes seja bastante residual.

As OSC comprometidas com os direitos humanos, transparência e prestação de contas, estão ativamente a criar espaços para abrir debates sobre a gestão de recursos públicos, particularmente o orçamento nacional e a boa governação nas indústrias extrativas.

No entanto, a sociedade civil enfrenta inúmeros desafios que restringem a sua capacidade de desempenhar efetivamente as suas funções e participar na construção de instituições democráticas mais fortes e na formulação de melhores políticas de desenvolvimento. Muitos indicadores internacionais consideram o contexto da sociedade civil em Angola restritivo. O *CSO Sustainability Index* (CSOSI, 2016), produzido anualmente pela USAID, considera Angola um ambiente onde a sustentabilidade da sociedade civil é “restringida”. O principal

facto que contribui para esta situação é o ambiente legal e operacional para as OSC, que é caracterizado por processos de registo onerosos e arbitrários e barreiras ao financiamento. A geração de rendimentos não é permitida às OSC, enquanto o *Estatuto de Utilidade Pública*, que permite que as OSC sejam elegíveis para aceder a financiamento público pelo Decreto Presidencial 193/11, até agora foi concedido apenas a OSC ligadas diretamente ao partido no poder, incluindo a Fundação Eduardo dos Santos.

As OSC continuam a funcionar e muitas estabeleceram relações com atores estatais, particularmente com ministérios sectoriais, parlamento e autoridades locais. As OSC ativas no desenvolvimento social (HIV/AIDS, saúde, por exemplo) consideram as suas relações com os respetivos ministérios sectoriais muito positivas em termos de troca de informações, coordenação e colaboração em torno de iniciativas específicas. Até mesmo as OSC que trabalham em questões de direitos humanos mantêm relações permanentes com o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, considerando-as “valiosas”.

Por outro lado, muitos atores estatais afirmam que as OSC são contrapartes importantes.

Relativamente à descentralização versus eleições autárquicas até ao momento não há uma data indicativa. O PR afirmou não estarem criadas, ainda, as condições para a realização das mesmas, apesar de estarem em curso programas de apoio para o efeito (Programas Integrados de Intervenção Municipal).

O Governo, particularmente o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE), está ciente da importância de preparar o terreno, incluindo a definição de um quadro legislativo e de implementação adequada e de um mecanismo de alocação de recursos eficaz, que deve incluir o desenvolvimento progressivo das capacidades das autoridades locais e cidadãos e devolução de funções.

As OSC continuam a desempenhar um papel importante, como mobilizadores de comunidades e cidadãos, como agentes de educação cívica e de capacitação, como mediadores das demandas dos cidadãos e como parceiros dos governos locais na prestação de serviços públicos. De facto, o sucesso do processo de descentralização dependerá, em grande parte, da participação de OSC, especialmente aquelas baseadas nas províncias e ativas a nível municipal.

Para aproveitar ao máximo as oportunidades do novo contexto político e do processo de descentralização, as OSC terão de encontrar formas de abordar as lacunas de capacidades, adquirindo gradualmente habilidades e conhecimentos para aumentar a eficácia das suas organizações, ampliar e aprofundar as suas ações, facilitando ao mesmo tempo relações mais funcionais e estratégicas entre OSC para uma participação mais consistente junto do governo. As OSC baseadas no nível local, embora fortemente comprometidas em servir as comunidades e promover os direitos humanos, continuam bastante isoladas, com acesso limitado a recursos e capacitação, inibidas da possibilidade de intervir estrategicamente e de contribuir para processos nacionais mais amplos.

As vozes das OSC sedeadas em Luanda, já se fazem ouvir. Os novos atores emergentes, particularmente os movimentos de jovens, representam uma força crucial da sociedade civil para possibilitar a mudança, propondo soluções e obrigando o governo a prestar contas pela sua responsabilidade em relação às novas gerações.

As OSC formais precisam encontrar formas de criar vínculos com esses movimentos emergentes, bem como de se relacionar com as bases, a fim de dar vigor à ação da sociedade civil e fortalecer a sua legitimidade. O potencial da sociedade civil para fazer contribuições significativas, neste contexto actual, para construir um país mais democrático e inclusivo depende muito da sua capacidade de mobilizar e ligar as diversas forças, coordenando proactiva e estrategicamente o envolvimento com o governo, aproveitando qualquer espaço de abertura.

Finalmente, há a referir a realização, no último trimestre de 2020, de um inquérito destinado às OSC sedeadas em Angola, com o objectivo de obter contribuições para o presente documento estratégico, reforçando desse modo os princípios da UE: inclusão, integração, participação, numa estratégia futura de seu interesse. Consta em anexo 1: o processo.

B LIÇÕES APRENDIDAS PELO ENVOLVIMENTO DA UE ATÉ AO MOMENTO (diálogo, apoio operacional, coordenação e divisão de trabalho da UE)

O Roteiro dos anos 2018 – 2020 foi uma ferramenta de uso nas fases de identificação e formulação de projetos. Também foi partilhado com os peritos contratados como guia. Por isso, o Roteiro foi uma ferramenta de orientação adicional às existentes, sobretudo para os documentos de programação. Foi usado na identificação e preparação da formulação do programa PASCAL (Programa de apoio à Sociedade Civil na Administração Local). Um dos maiores programas de apoio à Agricultura, FRESAN, não utilizou o Roteiro para definir o seu programa e ações.



O Roteiro expirado não foi específico o suficiente no que diz respeito ao perfil dos grupos predominantes, com características próprias, que devem merecer o apoio da UE, como por exemplo os “Faith based organisations”. O quadro lógico era pouco realista. As metas e os indicadores eram pouco qualitativos. Os indicadores quantitativos estavam centrados em eventos e número de sessões de formação.

- A.** A abordagem estratégica da UE para o fortalecimento da sociedade civil em Angola, deve considerar alguns aspectos fundamentais com diferentes implicações. Em primeiro lugar, o momento particular e até certo ponto histórico, pelo qual Angola está a passar, requer uma ação de curto prazo, para favorecer, nutrir e sustentar o diálogo em torno de questões críticas, em que o governo deu sinais claros de abertura. As Questões de transparência e de prestação de contas do sector público, particularmente nas áreas de gestão das finanças públicas e corrupção, diversificação da economia, mas também, a participação dos jovens, são algumas das questões centrais sobre as quais o governo e o parlamento expressaram certa abertura para articular com a sociedade civil. A UE deve fazer uso de todos os seus instrumentos de cooperação, diálogo político e comunicação, para reconhecer o ambiente em mudança e criar condições para que o diálogo aconteça e seja eficaz. Isto implica ações dirigidas a intervenientes estatais e não estatais para aumentar as capacidades e oportunidades de diálogo, acompanhadas por um envolvimento consistente de alto nível com o governo e uma abordagem mais coesa e coordenada em geral.
- B.** Em segundo lugar, o processo de descentralização (descentralização, desconcentração, eleição de conselhos municipais) é uma oportunidade para fomentar um processo de desenvolvimento mais apropriado localmente e adequado, diminuindo a distância entre o Estado e os cidadãos. Este será um processo de mudança institucional de longo prazo, que precisará de estratégias cuidadosamente elaboradas e adaptativas para o acompanhar. As OSC que intervêm a nível local e as autoridades locais tornam-se atores cruciais neste cenário. A UE deve orientar as ações para os dois atores, acompanhando-os através de um processo conjunto de compreensão das oportunidades e dos riscos da descentralização, valorizando as suas diferentes funções e interações, ao mesmo tempo que vão adquirindo competências e capacidades, para responder às necessidades dos cidadãos no novo contexto. As OSC e as Autoridades Locais

devem aprender, apropriar-se e promover o processo de descentralização, capaz de fazer chegar aos cidadãos os serviços essenciais, infraestruturas socioeconómicas e oportunidades económicas. Para tal, particularmente nesta fase preparatória inicial, o apoio da UE deve colocar no centro da estratégia as OSC e as Autoridades Locais, não como veículo para atingir populações críticas, mas como principais alvos e recetores de apoio.

- C. Em terceiro lugar, numa economia estruturalmente dependente das receitas do petróleo, a actual crise económica pode tornar-se um factor gerador de mudanças para permitir políticas económicas mais participativas e inclusivas. A diversificação da economia e a criação de emprego entre os grupos pobres e vulneráveis são cruciais para o futuro de Angola. A sociedade civil, em todas as suas formas, desempenha um papel importante na formulação de políticas, na criação de capacidades e competências, na promoção de empreendimentos económicos junto da base e entre grupos marginalizados. Associações de empreendedores “genuínos”, pequenos e grandes, OSC com especialização sectorial específica, organizações de base economicamente ativas, PMEs, associações de agricultores e cooperativas, etc., são atores essenciais a serem considerados em qualquer esforço para o desenvolvimento económico inclusivo.
- D. Um quarto elemento da abordagem estratégica da UE, no fortalecimento da sociedade civil deve ter em conta, o ambiente em mudança em termos de diminuição da ajuda internacional, preparando as OSC locais para se adaptarem a este cenário futuro. Principalmente, agora que o mundo vive uma crise pandémica jamais esperada.

Apesar das consequências negativas da pandemia, há também aspectos positivos e oportunidades, provocados pelo COVID-19. Por exemplo, a pandémica abriu portas para uma maior cooperação e intercâmbio entre as Autoridades Locais e as Organizações da Sociedade Civil, tornando-as mais fortes e interativas, no sentido de cooperar para uma voz única (advocacia), capaz de influenciar a promoção das actividades de sensibilização, sobre prevenção e o cuidado sobre as medidas de biossegurança. Em muitas áreas do país, foram as OSC que iniciaram as actividades de informação sobre a pandemia, de sensibilização de lavagem das mãos e de utilização de máscaras e todos os artigos de biossegurança, mostrando a sua importância aos cidadãos.

Muitos jovens (rapazes e raparigas) se entregaram como voluntários, para apoiar na campanha de sensibilização às comunidades. E, com o surgimento da pandemia, verificou-se um aumento na aplicação da Digitalização, que passou a ser uma técnica indispensável, surgiu um maior domínio das ferramentas de comunicação e informação com um aumento da realização de vídeo conferências, apesar da rede INTERNET, em muitos casos, ser um factor limitante.

Mas é obvio que também há varias aspectos negativos provocados pelo COVID-19. Para as implementadores por exemplo, há restrições nas deslocações e as quarentenas encurtam o tempo para o cumprimento das actividades programadas. Muitos actividades foram reajustadas e adaptadas com base no contexto (mudança estratégia do que inicialmente estava programado) e a economia ficou ainda mais frágil com um aumento do desemprego, níveis de pobreza altos e, como consequência aumento de grupos vulneráveis. Também houve um aumento da incerteza, por parte das organizações, muitas delas pouco sustentáveis e dependentes de financiamento externo.



- E.** A mobilização de recursos nacionais será cada vez mais estratégica para a sustentabilidade das OSC em Angola. A UE deve acompanhar esta mudança, preparando as OSC, especialmente as que se posicionam para fornecer serviços sociais essenciais, preenchendo lacunas ou colaborando com o governo. Os mecanismos de financiamento público, como o Estatuto de Utilidade Pública, devem ser melhorados para serem mais transparentes e eficazes, também à luz do processo de descentralização. As organizações de base orientadas para temas económicos (organizações de agricultores, mineiros artesanais, etc.) devem ser apoiadas para se tornarem atores económicos reconhecidos e fiáveis, ao mesmo tempo que os modelos de empreendedorismo social devem ser pilotados. Para as organizações que desempenhem papéis de prestação de contas de forma democrática, incidência política e envolvimento com o governo, a UE deveria encorajar um modelo organizacional mais ágil, adaptável a circunstâncias variáveis, interligado através de várias organizações (ONG, universidades, meios de comunicação, movimentos sociais, organizações de base religiosa, etc.) criando assim um ecossistema de sociedade civil comprometida. Parcerias com ONG internacionais também são cruciais. A UE deve avançar no sentido de relacionar OSC locais com ONGI altamente especializadas e bem conectadas, o que pode aumentar a eficácia das OSC locais e ampliar o seu impacto, através da partilha de conhecimentos, redes, recursos, proteção e comunicação.
- 
- F.** Finalmente, ao mesmo tempo que aborda os vários aspectos e prioridades ditadas pelo contexto em evolução, a UE deve também concentrar esforços para defender e promover continuamente um ambiente mais favorável para a sociedade civil em Angola. Para o efeito, a UE deve articular o seu papel para trabalhar a diferentes níveis: envolver o governo no diálogo político para chamar a atenção política para a importância do espaço cívico, exprimindo descontentamento quando surgirem questões de violação dos direitos fundamentais; providenciar assistência técnica para definir melhores leis e políticas; desenvolver capacidades institucionais para melhorar as práticas; expor os principais atores às melhores práticas internacionais. No contexto actual, a oportunidade proporcionada pela decisão do Tribunal Constitucional, que de facto anula o Decreto Presidencial 74/15, é uma oportunidade que poderia ser aproveitada e apoiar o parlamento para rever as leis que regulamentam as OSC.
- G.** Além disso, a UE deveria começar por criar uma relação mais estruturada e estratégica com os vários componentes da sociedade civil em Angola. Como primeiro passo, a DUE deve facilitar o diálogo com as OSC para fomentar discussões sobre as atuais aberturas políticas e estratégias para as aproveitar. O diálogo deve envolver as várias secções da DUE, os Estados-Membros e outros parceiros de desenvolvimento, num esforço de criar uma abordagem mais coesa e consistente para a sociedade civil. No contexto angolano, uma sociedade civil forte é um fim em si e não um veículo de ajuda externa. Reforçar, aprofundar e inovar os papéis das OSC nacionais contribuirá profundamente, para avançar para um Estado democrático mais forte em Angola, responsável perante as necessidades dos cidadãos e para as gerações futuras, criando ao mesmo tempo condições para fazer chegar serviços essenciais e oportunidades económicas aos grupos mais desfavorecidos, em bairros pobres das zonas urbanas e áreas rurais.



PARTE II

ESTRATÉGIA DA UE E PLANO DE ACÇÃO PARA O ENGAJAMENTO COM OSC

A ESTRATÉGIA PARA O ENGAJAMENTO COM OSC . COMO INDICA O ENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA COM O PAÍS E A AGENDA 2030/ODS

OBJECTIVOS PARA O ENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA COM AS OSC	SECTORES RELACIONADOS& PRIORIDADES DA COMISSÃO	ODS RELACIONADOS
<p>Ambiente Favorável</p> <p>Promover um ambiente mais propício para as OSC melhorarem a sua legitimidade, eficácia e sustentabilidade.</p>	<p>Governança, Paz e Segurança, Desenvolvimento Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> Direitos Humanos, Democracia Estado de Direito e Responsabilidade 	<ol style="list-style-type: none"> Zero Pobreza Zero Fome Boa Saúde e Bem Estar Igualdade de Género Igualdade de Género Desigualdade Reduzida Parcerias para alcançar os Objetivos
<p>Juventude e género</p> <p>Promover a participação das OSCs de jovens e mulheres para dar uma voz e participar melhor no desenvolvimento do país.</p>	<p>Alianças para o Crescimento Sustentável e Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> Educação e Competências Criação de Empregos Decentes <p>Governança, Paz e Segurança, Desenvolvimento Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Humano Prevenção de Conflitos, Sustentação da Paz e Resiliência de Construção 	<ol style="list-style-type: none"> Zero Pobreza Zero Fome Igualdade de Género Desigualdade Reduzida
<p>Mudança climática e meio ambiente</p> <p>Apoiar a OSCs no seu papel de adaptação e combate às alterações climáticas e promover soluções ambientalmente sustentáveis.</p>	<p>Alianças Pacto Verde</p> <ul style="list-style-type: none"> Biodiversidade Energia Sustentável Água e Oceanos Poluição 	<ol style="list-style-type: none"> Boa saúde e Bem-estar Água limpa e Saneamento Energia acessível e limpa Cidades e Comunidades Sustentáveis Ação Climática Vida abaixo da água Vida na Terra
<p>Capacitação</p> <p>Melhorar a eficácia e a sustentabilidade das OSC para actuar como motores de mudança.</p>	<p>Alianças para o Crescimento Sustentável e Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> Educação e Competências <p>Governança, Paz e Segurança, Desenvolvimento Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Humano 	<ol style="list-style-type: none"> Sem Pobreza Fome Zero Educação de Qualidade Parcerias para atingir os objetivos

B O PLANO DE ACÇÃO

OBJECTIVOS DA EU PARA O ENVOLVIMENTO COM AS OSC	ACÇÕES PRINCIPAIS	SIGNIFICADOS (programas / instrumentos da EU para implementar acções)
<p>Ambiente favorável</p> <p>1. Promover um ambiente mais propício para as OSC melhorarem a sua legitimidade, eficácia e sustentabilidade.</p>	<p><i>Política e diálogo político</i></p> <ol style="list-style-type: none">1. Criar condições para ter um diálogo estruturado com o GdA para aliviar as tensões sociais existentes.2. Envolver atores não estatais no acompanhamento da política pública.3. Apoiar uma inter-ligação entre os Media, Universidades e OSCs existentes no país.4. Defensores do envolvimento sistemático das ONGS angolanas e promovem o diálogo com os Ministérios para abordar os progressos em direção aos ODS e à Agenda 2030.<ul style="list-style-type: none">» Comunicação proativa da DUE e os Estados Membros sobre questões relacionadas com violações dos direitos civis relacionados com as tensões sociais. <p><i>Apoio operacional</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Criar espaços para as OSCs comprometidas com os direitos humanos na promoção dos direitos civis e de uma cultura de governo aberto, transparência e prestação de contas.• Dar voz às OSCs, (também sedeadas fora do Luanda) para construir um país mais democrático e inclusivo.• Apoiar acções	<p>IEDDH OSC-AL</p>
<p>Juventude</p> <p>2. Promover a participação de jovens para dar uma voz e participar melhor no desenvolvimento do país.</p>	<p><i>Apoio operacional</i></p> <ol style="list-style-type: none">1. Reforçar a capacidade de intervenção das OSC para promover a partilha de experiências, desafios e definição de formas de actuação em matérias de interesse comum. Resultado esperado em curto espaço de tempo: o surgimento de espaços de troca de experiências, aprendizagem e coordenação entre as OSCs já existentes, para ampliar a sua voz e fortalecer o seu papel em influenciar políticas públicas e práticas institucionais (reforço, progressivo da voz e influência da sociedade civil).2. Reforçar as plataformas das organizações juvenis3. Dar voz às organizações juvenis para ter uma sociedade mais inclusiva, para reforçar o seu papel e defender os interesses da população jovem angolana.4. Facilitar estágios a jovens universitários que seguem a carreira diplomática.5. Promover actividades culturais em parceria com a classe jornalística de modo a influenciar políticas públicas a seu favor.6. Interagir com jovens estudantes universitários para debates de temas da actualidade.7. Com base na Agenda 2030, promover, em todas as acções destinadas à juventude, a inserção de jovens, homens e mulheres, portadores de deficiência.8. Apoio no reforço da criação de ambientes digitais para a camada juvenil (escolas, centros comunitários).9. Apoiar acções destinadas à juventude, com o envolvimento dos Média e das Academias (conhecimento e informação)	<p>OSC-AL</p>

Mudança climática e meio ambiente

3. Apoiar o país na adaptação às alterações climáticas e promover soluções ambientalmente sustentáveis.

Apoio operacional

1. Apoiar ONG ambientais e associações agrícolas para identificar e implementar soluções sustentáveis no domínio da agricultura e da proteção do ambiente
 - » Melhorar o papel de advocacia das OSCs agricultores ambientais e promover o diálogo com os Ministérios Tutelares de Pastas relevantes

FRESAN

Capacitação

4. Melhorar a eficácia e a sustentabilidade das OSC para actuar como motores de mudança e desenvolvimento.

Investigação

1. Identificar as limitações das OSCs no cumprimento do seu papel para o desenvolvimento do país.

Apoio operacional

2. Facilitar a cooperação de plataformas que possam trabalhar na melhoria das suas capacidades no domínio da identificação, conceção e implementação de projetos
 - » Fornecer conhecimentos que ajudarão os OSCs a melhorar a eficiência das suas organização
 - » Reforço da capacidade de intervenção das OSC ao nível da comunicação e visibilidade do trabalho que efectuam;
 - » Formações técnicas, contínuas, às OSC para facilitar o domínio de ferramentas como o Quadro Lógico, Orçamento (concepção e análise orçamental) a fim de facilitar a angariação de fundos disponíveis pelas Instituições Internacionais.
 - » Reforço da capacidade de intervenção das OSC no espaço digital (gestão de redes sociais, produção de conteúdos digitais, ..).

OSC-AL

PARTE III

SEGUIMENTO DO ROTEIRO

OBJECTIVOS PARA O ENGAJAMENTO DA EU COM OSC	INDICADORES DE RESULTADOS	ALVO	INFORMAÇÕES DA LINHA DE BASE <i>(se disponível)</i>	FONTES DE INFORMAÇÃO & MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>1. Promover um ambiente mais propício para as OSC melhorarem a sua legitimidade, eficácia e sustentabilidade.</p>	<p>1.1 Passos no sentido da criação de um diálogo mais estruturado com a Sociedade Civil</p> <p>1.2 Número de ações financiadas pela UE incluindo ações que envolvam intervenientes não estatais no acompanhamento das políticas públicas.</p> <p>1.3 Número de ações financiadas pela UE, incluindo ações de defesa para o envolvimento sistemático das OSC angolanas nos ODS/Agenda 2030.</p> <p>1.4 Número de ações de comunicação da UE decorrentes da UE ou dos Estados-Membros da UE em relação a violações dos direitos civis ligadas às tensões sociais.</p> <p>1.5 Número de iniciativas financiadas pela UE que visam um governo aberto, transparente e responsável.</p> <p>1.6 Número total de OSCs apoiadas pela UE (desagregado por localização (Luanda/regiões)).</p>	<p>1.1 Existe um sistema de diálogo estruturado</p> <p>1.2 Pelo menos 4 ações por ano</p> <p>1.3 Pelo menos 4 ações por ano</p> <p>1.4 Pelo menos 2 comunicações da UE por ano</p> <p>1.5 Pelo menos 2 iniciativas por ano</p> <p>1.6 Pelo menos 10 CSOs apoiados, metade fora de Luanda</p>	<p><i>(se disponível)</i></p>	<p><i>Minutos do UE reuniões com OSCs</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções OSC-AL</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções IEDDH</i></p> <p><i>Relatórios bilaterais de projetos CS (UE ou Estados-Membros da UE, se existentes).</i></p>
<p>2. Promover a participação de jovens e mulheres para dar uma voz e participar melhor no desenvolvimento do país.</p>	<p>2.1 Número de plataformas de organizações juvenis apoiadas por iniciativas da EU.</p> <p>2.2 Número de espaços apoiados pela UE para a promoção do diálogo das organizações juvenis com as autoridades locais/nacionais.</p> <p>2.3 Número de organizações juvenis apoiadas pela UE, com enfoque no reforço do seu papel e na defesa dos interesses da população jovem angolana.</p>	<p>2.1 Pelo menos 1 plataforma de organizações juvenis apoiada por ano</p> <p>2.2 Pelo menos 2 espaços CSO/instituições públicas apoiadas por ano</p> <p>2.1 Pelo menos 2 organizações juvenis apoiadas por ano</p>	<p><i>(se disponível)</i></p>	<p><i>Minutos do UE reuniões com OSC</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções OSC-AL</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções IEDDH</i></p> <p><i>Relatórios bilaterais de projetos SC (DUE ou ESTADOS-Membros da UE, se existentes).</i></p>

OBJECTIVOS PARA O ENGAJAMENTO DA UE COM OSC	INDICADORES DE RESULTADOS	ALVO	INFORMAÇÕES DA LINHA DE BASE <i>(se disponível)</i>	FONTES DE INFORMAÇÃO & MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>3. Apoiar o país na adaptação às alterações climáticas e promover soluções ambientalmente sustentáveis.</p>	<p>3.1 Número de ONG ambientais e de associações agrícolas e de agricultores apoiadas pela UE com vista a identificar e implementar soluções sustentáveis no domínio da agricultura e da proteção do ambiente.</p> <p>3.2 Número de iniciativas da UE que apoiam o papel de defesa das associações de agricultores/ associações de agricultores ambientais e promovem o diálogo com os ministérios das linhas relevantes.</p>	<p>3.1 Pelo menos 2 ONG ambientais e/ou associações agrícolas e agrícolas apoiadas pela UE por ano.</p> <p>3.2 Pelo menos 2 iniciativas da UE por ano que apoiam a melhoria do papel de defesa das associações de agricultores/associações ambientais e promovendo o diálogo com os ministérios das linhas relevantes</p>	<p><i>Minutos das reuniões da UE com os CSOs</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções OSC-AL</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções IEDDH</i></p> <p><i>Relatórios bilaterais de projetos SC (DUE ou ESTADOS-Membros da UE, se existentes)</i></p> <p><i>Relatórios do FRESAN</i></p>	
<p>4. Melhorar a eficácia e a sustentabilidade das OSC para actuar como motores de mudança e desenvolvimento</p>	<p>4.1 Estudo focado na identificação do papel, pontos fortes e fracos dos OSC no cumprimento do seu papel no desenvolvimento à disposição da UE, das AA e dos OSC.</p> <p>4.2 Número de plataformas apoiadas pela UE focadas na melhoria das capacidades de CSO no domínio da identificação, conceção e implementação de projetos.</p> <p>4.3 Número de organizações apoiadas pela UE na comprovação da eficiência das suas organizações.</p>	<p>4.1 1 estudo</p> <p>4.2 Pelo menos 2 plataformas apoiadas pela UE</p> <p>4.3 Pelo menos 2 ONGS, por ano, apoiados pela UE na melhoria da eficiência das suas organizações</p>	<p><i>Minutos das reuniões da UE com os CSOs</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções OSC-AL</i></p> <p><i>Relatórios de subvenções IEDDH</i></p> <p><i>Relatórios bilaterais de projetos CS (DUE ou ESTADOS-Membros da UE, se existentes)</i></p>	



PARTE IV

ANEXOS & REFERÊNCIAS

ANEXO 1: O PROCESSO

<i>Como estiveram OSC, presentes no país, envolvidas na elaboração do roteiro?</i>	Devido ao Covid-19, não poderiam ter reuniões físicas. Em vez disso, realizou-se um inquérito online, consultando os CSOs sobre o progresso do antigo Roteiro e as suas prioridades para o novo Roteiro.
<i>Que mecanismos são criados para garantir o envolvimento dos EM/UE na implementação e seguimento do roteiro?</i>	As reuniões anuais ou um fórum UE-CSO estão agendadas para o ano de 2022.
<i>Que consultas com as OSC foram organizadas? Que tipo de actores foram envolvidos? Quais mecanismos, se houver, foram usados para garantir a exclusividade do processo?</i>	Inquérito online enviado a mais de 75 OSC.
<i>Quais são os mecanismos criados para continuar o diálogo com as OSC? Quais mecanismos, se houver, serão usados para garantir a inclusividade do diálogo?</i>	
<i>Como o RM é integrado, coordenado com o Joint Programming process?</i>	
<i>Como o RM se interliga com outros processos do país incluindo estratégia de direitos humanos e democracia, o plano de ação de género, etc?</i>	